



# III Encontro de Economia Universidade Estadual de Ponta Grossa

## SEGURANÇA ALIMENTAR E SUAS CARACTERÍSTICAS: UMA ANÁLISE ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS

Mainardes, F.<sup>1</sup>  
Raiher, A.P.<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisou a (in)segurança alimentar no Brasil, identificando os fatores associados a ela. Para tanto, usou-se a base de dados da pesquisa suplementar sobre segurança alimentar da PNAD-2013, utilizando a metodologia da EBIA para classificar os domicílios em: segurança alimentar; insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Os resultados indicaram que a incidência maior da insegurança alimentar se deu nos domicílios chefiados por mulheres, nos de raça indígenas, preto e parda, nos que tinham baixa escolaridade, maior número de integrantes familiares, naqueles domicílios cuja inserção no mercado formal era limitado e especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

**Palavras-chave:** (In)segurança alimentar; Pobreza; Brasil.

**Abstract:** This article analyzed the food (in)security in Brazil, identifying the factors associated with it. For this purpose, the PNAD-2013 supplementary food security research database was used, using the EBIA methodology to classify households in: food security; mild, moderate or severe food insecurity. The results indicated that the highest incidence of food insecurity occurred in households headed by women, indigenous, black and brown, in those with low schooling, greater number of family members, in those households whose insertion in the formal market was limited and especially In the North and Northeast regions.

**Keywords:** Food (in)security; Poverty; Brazil.

Área 3 – Crescimento, Desenvolvimento Econômico

**JEL: I3**

---

<sup>1</sup> Graduanda de Economia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: franmai8@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em economia, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e do curso de economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: apelinski@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O tema Segurança Alimentar e Nutricional vem ganhando cada vez mais espaço no debate governamental para o planejamento de políticas públicas de combate à fome. A ausência da SAN é um dos problemas enfrentados pela sociedade e vem gerando consequências nocivas à saúde e desenvolvimento da população atingida.

Grande parte dos problemas pelos quais passam parcelas significativas da população mundial está relacionada às questões alimentares e nutricionais, seja pela ausência do alimento, pela má qualidade da alimentação ou por condições de vida e saúde que impedem o aproveitamento adequado do alimento disponível (Ministério da Saúde, 2005).

A insegurança alimentar pode ser definida, segundo Souza (2004), como a limitação ou a incerteza de se ter acesso a alimentos adequados, em qualidade e quantidade suficientes, sem que essa restrição possa, necessariamente, atingir as condições biológicas dos indivíduos. Segundo a ONU (2017), o número de pessoas sofrendo de insegurança alimentar severa está aumentando no mundo, são 108 milhões nessa condição, contra 80 milhões em 2015. Além disso, a fome impede o aumento da produtividade do trabalho, dada a pouca capacidade física do trabalhador e, a partir daí, o desenvolvimento econômico é obstruído, acarretando baixos salários, menos riqueza e, assim, num movimento circular, aumentando a fome. Visto que populações mal alimentadas tendem a desenvolver doenças e má formação corpórea (empecilhos fisiológicos ao trabalho) já nos primeiros estágios de vida, além de proporcionar baixo rendimento escolar, comprometendo o desempenho futuro do capital humano das nações envolvidas.

Conforme o Índice Global de Segurança Alimentar, elaborado pela Economist Intelligence Unit (2016), o Brasil encontra-se em 31º lugar no ranking de segurança alimentar, entre 105 países. Esse índice considera três pilares principais para a avaliação: a acessibilidade financeira que oferece condições para a aquisição de alimentos, a disponibilidade e a qualidade dos alimentos disponíveis (BRASIL, 1994).

Oliveira et al. (2011) afirma que a fome não é apenas causada pela miséria, mas é também causadora dela, uma vez que diminui o potencial produtivo da população, formando um círculo vicioso. O consumo alimentar incide diretamente na exposição da população a doenças. Por sua vez, a miséria e a fome são afetadas por outras variáveis,

tais como a disponibilidade de alimentos, o saneamento e os cuidados alimentares e de saúde. Ressalta-se que essas variáveis estão ligadas à renda familiar e à capacidade de utilização adequada dessa renda. Ou seja, ausência de uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente afeta negativamente a qualidade de vida dos cidadãos.

A identificação dos fatores que colaboram para a segurança alimentar se faz necessário para melhor focalização de políticas públicas que visam combater a insegurança alimentar no país, apontando as direções e a importância das características socioeconômicas sobre esse fenômeno (COSTA et al., 2014)

Neste contexto é que se justifica este trabalho, visando analisar a segurança alimentar entre os brasileiros, identificando as características principais dos agentes que se enquadram em insegurança alimentar no ano de 2013. De forma mais precisa, busca elaborar um quadro teórico sobre a segurança alimentar e seus determinantes; identificar a parcela da população que se enquadra em insegurança alimentar, classificando por raça, gênero, escolaridade, região, pobreza e trabalho; analisar as principais características da população inserida na condição de insegurança alimentar versus as que não estão inseridas. Para isso, esse trabalho está composto de cinco seções, incluindo esta. Na segunda tem-se o conceito da SAN e as diferentes metodologias para sua mensuração. Na sequência, apresenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa. Na quarta seção é analisada a distribuição da insegurança alimentar brasileira. Por fim, têm-se as considerações finais.

## **2. (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO E MENSURAÇÃO**

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação FAO (2004), segurança alimentar consiste em: “garantir o acesso continuado para todas as pessoas a quantidades suficientes de alimentos seguros que lhes assegurem uma dieta adequada; atingir e manter o bem-estar de saúde e nutricional de todas as pessoas; promover um processo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, que contribua para uma melhoria na nutrição e na saúde, eliminando as epidemias e as mortes pela fome”.

Conforme destacado por vários autores, como Hoffmann (1995), o problema da insegurança alimentar no Brasil, focando especialmente na fome, não se deve à baixa disponibilidade de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população. Os dados da FAO (2015) refletem tal fato, apresentando o Brasil como o segundo

exportador de alimentos do mundo e detendo ainda uma parcela expressiva da população na insegurança alimentar. Isso evidencia que, para acabar com a fome não basta se ter oferta de alimentos, mas a população precisa ter recursos para adquiri-los.

Quando indivíduos não têm disponibilidade de alimentos, acesso ou utilização adequada, eles encontram-se em insegurança alimentar, que pode atingir de maneira diferenciada diversos grupos sociais. Para além da fome e da desnutrição, a insegurança alimentar está intimamente relacionada com a obesidade, o sobrepeso, as doenças ligadas à alimentação inadequada e à baixa qualidade dos alimentos (BÓGUS, COSTA, 2012).

A ausência da SAN tem como principal determinante a pobreza, ou seja, a condição de pobreza inibe o acesso regular a uma alimentação adequada, originando fenômenos como a fome e a desnutrição. Outras fontes de insegurança alimentar são a ocorrência de guerras e conflitos armados, também nesses casos os mais pobres são os mais afetados (MALUF et al., 1996 ).

Além disso, a criança desnutrida provém de uma família de risco social, fragilizada pelas dificuldades impostas por um baixo nível socioeconômico, entre elas: desemprego, ausência de condições adequadas de moradia e educação e, muitas vezes, falta de acesso a serviços de saúde (SOLYMOS, 2004).

Várias são as consequências da IA. A desnutrição, por exemplo, é preocupante em crianças menores de cinco anos, sendo responsável por parte dos óbitos que ocorrem no primeiro ano de vida. E dentre as causas da desnutrição está a ingestão alimentar inadequada e as doenças associadas à insegurança alimentar, além de outros fatores como a falta de água adequada para o consumo, a ausência de saneamento básico e de serviços de saúde insuficientes, inacessíveis ou desajustados.

Segundo Mayer (1984), a carência de nutrientes indispensáveis determinará o mau funcionamento do organismo, o desenvolvimento defeituoso das crianças, a fraqueza parcial dos adultos, certa desagregação do estado mental e, por fim, a degeneração progressiva. Os efeitos de uma má alimentação são profundos e amplos, influenciam na duração e na qualidade da vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações.

As mães desnutridas tem maior probabilidade de gerarem crianças igualmente desnutridas. Crianças desnutridas tem uma saúde mais frágil, estão mais propensas a

desenvolverem infecções e adoecerem frequentemente, já que seu sistema imunológico está comprometido. Ao nascerem com baixo peso, podem ter seu sistema nervoso prejudicado afetando a capacidade de aprendizagem, principalmente nos anos iniciais do período escolar.

Ademais, aquelas famílias mais sensíveis à insegurança alimentar são também as mais vulneráveis a outros problemas, como a degradação ambiental, falta de infraestrutura sanitária, poluição e superpopulação. Neste contexto, os grupos mais suscetíveis a insegurança alimentar e nutricional seriam: a) os agricultores pobres com a produção de alimentos marginal ou inadequada; b) as famílias chefiadas por mulheres; c) os agregados familiares com um grande número de membros; d) domicílios localizados em áreas ecologicamente desfavorecidas; e) os agregados familiares com rendimentos muito baixos para permitir o acesso a nutrientes adequados em qualidade e quantidade. Dentre todos esses, Pedraza (2005) aponta para o grupo materno-infantil como o mais vulnerável à insegurança alimentar.

## **2.1. Mensuração da SAN**

Para avaliação da SAN são utilizados diferentes métodos, os quais buscam quantificar o número de indivíduos em situação de carência alimentar ou fome. Cada um dos indicadores capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o avaliam no nível domiciliar ou mesmo individual.

Dentre as metodologias, destacam-se a da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), as pesquisas de despesas familiares, a avaliação do consumo alimentar, a antropometria e a utilização de escalas psicométricas fundamentadas na experiência da insegurança alimentar (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

A partir da experiência da Universidade de Cornell, desenvolveu-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA (SEGALL-CORRÊA, 2007). Este método investiga a (in)segurança alimentar das famílias de forma direta, com um questionário composto por 15 perguntas fechadas, com respostas “sim” ou “não” sobre a experiência nos últimos três meses de insuficiências alimentar em seu diversos níveis de intensidade, podendo ir desde a apreensão de que a comida possa vir a faltar até a vivência de passar um dia inteiro sem comer (OLIVEIRA et al., 2009).

Cada resposta afirmativa do questionário equivale a um ponto, variando a contagem de 0 a 15 pontos. No nível de segurança, todas as perguntas são respondidas negativamente, tendo zero de respostas positivas. Na insegurança leve, de uma a cinco perguntas são respondidas afirmativamente; neste nível o aspecto mais afetado é a qualidade da alimentação e a preocupação de que possa faltar alimento no futuro próximo. Na insegurança moderada, seis a dez respostas positivas, havendo restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família. Por fim, na insegurança grave, tem-se onze a quinze respostas afirmativas, focando na deficiência quantitativa e mesmo fome entre adultos e crianças da família. Cada pergunta central é seguida de uma pergunta sobre a frequência com que o evento afirmativo ocorre (SEGALL-CORRÊA, 2007; OLIVEIRA, 2009).

A EBIA tem sido extensivamente usada no Brasil com propósitos acadêmicos, atestando sua relevância para a formação de recursos humanos comprometidos com os esforços de combater as desigualdades sociais no país, ou como indicador adequado e válido para as políticas de combate à insegurança alimentar e fome, tanto em âmbito federal quanto municipal (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

### 3. METODOLOGIA

Os dados utilizados nesta pesquisa correspondem às informações da PNAD de 2013. Eliminou-se da amostra aqueles domicílios para os quais faltava alguma informação relevante, e utilizou-se os fatores de expansão da amostra fornecidos pelo IBGE. A mensuração da (in)segurança alimentar foi feita através da metodologia da EBIA, elaborada pelo IBGE, com base em 15 perguntas fechadas, com respostas “sim” ou “não”, conforme Quadro 1.

A condição de insegurança alimentar pode ser classificada em três categorias: **Insegurança Alimentar Leve (IA leve)** quando existe preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas; **Insegurança Moderada (IA moderada)** quando há redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos e; a **Insegurança Alimentar Grave (IA grave)** onde há redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças, e/ou privação de alimentos, fome.

Quadro 1 – Questionário da EBIA – PNAD 2014

1	Os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar ou receber mais comida?
2	Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
5	Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
8	Algum morador de 18 anos de idade ou mais perdeu peso, porque não comeu quantidade suficiente de comida, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
9	Algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?
10	Os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?
12	Algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?
13	Foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
14	Algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
15	Algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

Fonte: IBGE

A **Segurança Alimentar** ocorre quando há acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sem incerteza quanto sofrer restrição no futuro próximo. Partindo dessas definições, atribuiu-se uma pontuação a cada domicílio, referente ao número de respostas afirmativas às perguntas da escala,

diferenciada para domicílios com pelo menos um morador com idade inferior a 18 anos e domicílios com todos os moradores com 18 anos ou mais de idade (IBGE, 2006).

Quadro 2. Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar

CATEGORIA	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15	7 a 8

Fonte: IBGE

Os dados foram separados entre domicílios inseridos na condição de segurança alimentar *versus* os que estão na insegurança alimentar (leve, moderada e grave). Na sequência, se analisou as diferenças entre esses dois grupos segundo a raça, gênero, escolaridade, região, pobreza e trabalho.

#### **4. A SEGURANÇA ALIMENTAR E SUAS CARACTERÍSTICAS NO BRASIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS**

A segurança alimentar é entendida como a condição de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Garantir a SAN é um objetivo indispensável para o desenvolvimento humano, já que a ausência dela gera consequências para a saúde e o bem estar dos indivíduos.

No caso do Brasil, a tabela 1 apresenta o quadro comparativo de segurança alimentar para os domicílios no ano de 2013. Observa-se que 77,4% estavam em segurança alimentar, estando 22% dos domicílios com alguma privação alimentar, sendo que 3,2% estavam em insegurança alimentar grave. Portanto, se tinha uma parcela importante da população brasileira vivendo ainda em situação de fragilidade social.

A análise de segurança alimentar segundo o gênero (tabela 2) indica que domicílios chefiados por homens (79,1%) apresentavam proporção maior de segurança alimentar que os das mulheres (74,6%). Hoffmann (2008), ao analisar os dados da PNAD 2004, mostra que a insegurança é maior nos domicílios em que a pessoa de



referência é uma mulher (39,8%) do que naqueles em que a pessoa de referência é um homem (33,2%). Pedraza (2005) argumenta que ao se tornarem chefe de família, as mulheres, muitas vezes, precisam trabalhar para ter renda, ao mesmo tempo em que são as responsáveis pelo preparo de alimentos e pelo cuidado dos menores. Isso a sobrecarrega, e a faz optar, por vezes, pelos trabalhos mais flexíveis, informais, e com remunerações menores. A consequência direta disso é sua maior vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Tabela 1 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar – Brasil - 2013

Segurança alimentar (%)	Insegurança alimentar (%)		
	Leve	Moderada	Grave
77,4	14,8	4,6	3,2

Fonte: Resultado da pesquisa

Tabela 2 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar, segundo o gênero – Brasil 2013

Pessoas em situação de:	Gênero (%)	
	Feminino	Masculino
Segurança alimentar	74,6	79,1
Insegurança alimentar	25,4	20,9
Leve	16,1	14
Moderada	5,4	4,1
Grave	3,9	2,8

Fonte: Resultado da pesquisa

Na tabela 3 tem-se a situação de segurança alimentar segundo a raça/ cor. Como é possível observar cerca de 30,7% da população que se autodeclarou de cor/ raça preta, passou por algum tipo de insegurança alimentar. Dos que se autodeclararam da cor/raça branca apenas 14,5% estavam em algum grau de insegurança alimentar. Ressalta-se que entre os descendentes da raça indígena, 9,4% sofreu com insegurança alimentar moderada e 8,9% a grave.

O fato de não brancos estarem em maior número entre a população com restrições alimentares pode estar relacionado ao rendimento, já que boa parte pertence à parcela mais pobre da população. De acordo com relatório feito pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal, 2016), indígenas, negros e mulheres

estão mais vulneráveis ao desemprego e à pobreza em países latino-americanos, e consequentemente os mais afetados pela insegurança alimentar. A sobre-representação do negro na pobreza, com destaque para a situação da mulher negra, restringe suas possibilidades de consumo, de acesso aos bens sociais potencialmente disponíveis (LOPES, 2005).

Além disso, a discrepância dos indicadores sociais por raça/cor tem sido bastante documentada, o que corrobora para a explicação de uma maior ocorrência de insegurança alimentar em domicílios cujo chefe é de cor negra ou parda. Esses grupos raciais padecem de uma precária inserção social, determinada por oportunidades socialmente diferenciadas (GUBERT; SANTOS, 2009). Segundo dados de 2007, 13,4% dos brancos e 4,0% dos negros e pardos apareciam com nível superior completo no país (BRASIL, 2008).

Tabela 3 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar, segundo a raça – Brasil - 2013

Pessoas em situação de:	Raça (%)				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
<b>Segurança alimentar</b>	85,5	69,3	85,9	70,4	60,9
<b>Insegurança alimentar</b>	14,5	30,7	14,1	29,6	39,1
Leve	10,3	18,6	9,2	18,8	20,9
Moderada	2,4	6,9	3,2	6,4	9,4
Grave	1,7	5,2	1,7	4,4	8,9

Fonte: Resultado da pesquisa

Tabela 4 – Valores médios da escolaridade, tamanho da família e renda per capita para os domicílios na Segurança/Insegurança alimentar – Brasil -2013

Domicílios em situação de:	Escolaridade	Nº de pessoas por domicílios	Renda per capita
<b>Segurança alimentar</b>	8,2	3,4	1119,28
<b>Insegurança alimentar</b>	5,7	4,2	373,38
Leve	6,4	4,0	475,79
Moderada	5,6	4,1	354,68
Grave	5,1	4,4	289,68

Fonte: Resultado da pesquisa

Ao analisar a escolaridade, verifica-se que quando maior o nível de escolaridade dos indivíduos, menor é a prevalência de insegurança alimentar. Nos domicílios em situação de segurança alimentar, a escolaridade média era de 8,2 anos. Já para os domicílios que sofrem de insegurança alimentar a escolaridade média era de 5,7 anos, conforme mostra a tabela 4. Esse resultado é semelhante ao de Panigassi et al. (2008) que realizou um estudo na cidade de Campinas-SP e verificou que entre as características do chefe da família, o fator mais importante foi a escolaridade. Chefes com escolaridade abaixo do nível de ensino fundamental apresentaram 4,6 vezes chance de ter IA leve e 8,4 vezes chance de ter IA moderada e grave. A baixa escolaridade dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, o que implica o acesso a empregos de baixa remuneração, contribuindo para a ocorrência da IA (SPERANDIO; PRIORE, 2015).

Já ao analisar a segurança alimentar conforme o número de pessoas por domicílio (tabela 4) observa-se que a proporção de domicílios com segurança alimentar diminui à medida que aumenta o número de pessoas. Na presença da segurança alimentar o número médio de pessoas por domicílio era de 3,4, já quando há insegurança alimentar a média é de 4,2 pessoas.. Essa relação se dá pela necessidade de mais recursos financeiros para comprar alimentos, fato que normalmente não acompanha o crescimento familiar e torna a alimentação menos segura na família (ANSCHAU, 2008).

Ainda na tabela 4 é apresentado o comportamento da renda *per capita* média domiciliar. Naqueles com segurança alimentar, a renda *per capita* média era de R\$ 1119,28 e nos domicílios em que se tinha insegurança alimentar a renda *per capita* média era de apenas R\$ 373, 38. Segundo Hoffmann (2008), o nível de renda domiciliar *per capita* é o fator mais importante para explicar a situação de insegurança alimentar. No estudo realizado pelo autor para o ano de 2004, os domicílios onde a renda domiciliar *per capita* é igual ou menos que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, a proporção de domicílios com segurança alimentar não chegava a 20% e mais de 27% tem insegurança alimentar grave. Já quando a renda domiciliar *per capita* ultrapassava 10 salários mínimos, praticamente todos os domicílios tinham segurança alimentar (99%).

Ao analisar como a segurança alimentar varia conforme a condição de ocupação da pessoa de referência do domicílio verificou-se que vulnerabilidade alimentar era

maior para os desocupados e para os que detinham emprego informal, (Tabela 5). Para os que possuíam emprego formal, a condição de segurança alimentar atinge 83,3% dos domicílios. Ou seja, o mercado de trabalho formal proporciona renda e estabilidade, garantindo maior acesso à alimentação adequada para os indivíduos.

Tabela 5 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar, segundo condição de ocupação – Brasil -2013

<b>Pessoas em situação de:</b>	<b>Emprego formal</b>	<b>Emprego informal</b>	<b>Desocupados</b>
<b>Segurança alimentar</b>	83,3	63,8	63,4
<b>Insegurança alimentar</b>	16,7	36,2	36,7
Leve	12,6	22,4	21,9
Moderada	2,6	8,2	8,1
Grave	1,5	5,6	6,7

Fonte: Resultado da pesquisa

Tabela 6 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar, segundo regiões brasileiras – 2013

<b>Pessoas em situação de:</b>	<b>Região (%)</b>				
	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
<b>Segurança alimentar</b>	59,2	58,1	83,6	83,4	80,0
<b>Insegurança alimentar</b>	40,8	41,9	16,3	16,6	19,9
Leve	24,1	26,3	11,8	12,1	14,5
Moderada	8,9	9,7	2,6	2,5	3,1
Grave	7,8	5,9	1,9	2,0	2,3

Fonte: Resultado da pesquisa

Do mesmo modo que a segurança alimentar afeta distintamente os indivíduos quando se analisa raça e gênero, a distribuição espacial da segurança alimentar também é dispare ao longo do país. Como efeito, na tabela 6 verifica-se que a região brasileira que apresentava maior nível de segurança alimentar era a região Sudeste (83,6%) seguida da região Sul (83,4%). O Nordeste e no Norte, que apresentavam ocorrência semelhante de insegurança alimentar, estavam com os maiores níveis: 41,9% e 40,8, respectivamente. Ademais, a região Norte e Nordeste apresentaram percentuais de moradores em situação de insegurança alimentar grave mais elevados que as outras

regiões. Esse resultado pode estar relacionado com a concentração de pobreza existente nessas regiões, presente principalmente no meio rural.

Portanto, percebe-se que a incidência maior da insegurança alimentar se dá nos domicílios chefiados por mulheres, nos de raça indígenas, preto e parda, nos que tem baixa escolaridade, que tem maior número de integrantes familiar, naqueles domicílios que a inserção no mercado formal é limitado e especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a segurança alimentar entre os brasileiros, identificando as características principais dos agentes que se enquadram em insegurança alimentar no ano de 2013.

De maneira geral, observou que os domicílios chefiados por mulheres, nos que a pessoa de referência se autodeclarou de raça indígena, preto ou parda, nos que o nível de escolaridade é menor, que tem maior número de integrantes familiar, naqueles domicílios que a inserção no mercado formal é mais limitada e especialmente os que estão nas regiões Norte e Nordeste, apresentam uma maior probabilidade de insegurança alimentar.

Os resultados sugerem a implementação de políticas públicas de combate à fome com foco na garantia de direitos, como a alimentação, um sistema de educação de qualidade, acesso a bons empregos, assistências à população mais vulnerável, tendo como objetivo reduzir a pobreza, considerada um fator de extrema importância para explicar a IA.

Ressalta-se que objetivo deste trabalho é analisar as características da segurança alimentar, sugere-se que outros estudos de seguimento sejam realizados, dando continuidade e um maior aprofundamento ao tema. Desta forma, é necessária a investigação dos determinantes da segurança alimentar para captar a influência das variáveis socioeconômicas na incidência da SAN.

## **REFERÊNCIAS**

ANSCHAU, F. R. **Insegurança alimentar de beneficiários de programas de transferência de renda**. 2008. 107 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2008.

BOGÚS, C. M.; COSTA, C. A. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Saúde Soc. São Paulo*, v.2, n.1, p.103-114, 2012.

BURLANDY, L. Segurança Alimentar e Nutricional: Intersetorialidade e as ações de nutrição. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 9-15, mai./ago. 2004.

CEPAL. A matriz da desigualdade social na América Latina. Livros e documentos institucionais conferencia regional sobre a desigualdade social da América Latina e Caribe, 2016. Disponível em:<[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40668/S1600946\\_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40668/S1600946_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y)> Acesso em: 2017.

COSTA, L.V.; SILVA, M. M. C.; BRAGA, M. J.; LÍRIO, V. S.; Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiro em 2009. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n.2(51), p.373-394, ago, 2014.

CONSEA. Princípios e diretrizes de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília(DF), CONSEA, 2004.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Global Food Security Index. Disponível em: <<http://foodsecurityindex.eiu.com/>>. Acesso em 2016.

FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Ano Internacional da Agricultura Familiar. Roma; 2004.

HOFFMANN, R. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil.** *Estudos Avançados*,v.9 n.24, p.159-172. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, maio/agosto de 1995.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar: 2004. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, Campinas, v. 4, p. 66-68, 1996.

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(5):1595-1601, set-out, 2005

MAYER, A. Prefácio. IN: CASTRO, J. Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

**Ministério da Saúde.** Estudo de caso Brasil: a integração das ações de alimentação e nutrição nos planos de desenvolvimento nacional para o alcance das metas do milênio no contexto do direito humano a alimentação adequada. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

OLIVEIRA J. S.; LIRA, P. I. C.; VERAS, I. C. L. MAIA, S. R.; LEMOS, M. C. C.; ANDRADE, S. L. L. S.; VIANA JUNIOR M. J.; PINTO, F. C. L.; LEAL, V. S, BATISTA FILHO, M. Estado nutricional e insegurança alimentar de adolescentes e adultos em duas localidades de baixo índice de desenvolvimento humano. Rev Nutr, 2009.

PANIGASSI, D.; SEGALL'CORRÊA, A. L.; PÉREZ- ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M. F. A.; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. Cad Saude Publica. 2008 out;24(10):2376-84.

PEDRAZA, D. F. Grupos vulnerables y su caracterización como critério de discriminación de la seguridad alimentaria y nutricional en Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 5, n. 3, p. 367-75, jul./set. 2005.

SPERANDIO, N.; PRIORI, E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Serv. Saúde, Brasília, 24(4):739-748, out-dez 2015

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. Estudos Avançados, 2007.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LÉON, L. A segurança alimentar no Brasil: Proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar de 2003 a 2009. **Rev Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SOLYMOS, G. M. B. Vencendo a desnutrição: abordagem psicológica. Colaboradores Selma Tamburi de Freitas, Cristiane Andó Marinotti ; 2. ed. São Paulo ; Salus Paulista, 2004. -- (Coleção vencendo a desnutrição / organizadoras da coleção Gisela Maria Bernardes Solymos e Ana Lydia Sawaya).

SOUZA, L. M. **Fatores associados à insegurança alimentar nos domicílios da Região Nordeste do Brasil, 2004.** [Tese] Belo Horizonte, MG - UFMG/Cedeplar, 2009.